

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Agricultura e Mar
Deputado Pedro do Carmo

Assembleia da República, 03 de março de 2020

Assunto: Audição da Senhora Ministra da Agricultura

O surto epidémico de Covid-19 exigiu do Governo e da Administração Pública respostas imediatas de prevenção e contenção da doença, com o objetivo de travar a sua propagação e assegurar o tratamento adequado à população, para salvar quantas vidas for possível.

Porém, a situação epidémica trouxe à evidência problemas que o PCP sempre denunciou, muitas vezes perante a incompreensão de muitos, designadamente a defesa da soberania alimentar do nosso país.

Os primeiros sinais do impacto da atual situação na produção de bens alimentares são preocupantes. Há sectores da maior importância, que assistem a quebras muito significativas na venda e escoamento dos produtos, de que destacáramos as raças autóctones, os ovinos e caprinos, os queijos, os leitões, mas também um sector que, não sendo essencial, representa milhares de postos de trabalho e mais de 7% da produção agrícola nacional, o das plantas e flores. Sendo que o sector dos hortícolas apresenta também quebras muito acentuadas.

Por um lado, o encerramento de mercados de bens alimentares, de cantinas e da restauração e a não realização de algumas feiras e eventos, por exemplo, de promoção do Queijo da Serra, ou Feiras Agrícolas, levaram a problemas, no imediato, de incapacidade de escoamento, a que é necessário dar respostas. Por outro lado, não obstante o esforço feito pelas organizações agrícolas para manterem em funcionamento as suas estruturas de fornecimentos, é necessário garantir que não se verifiquem interrupções no fornecimento de sementes, adubos, produtos fitofármacos e outros fatores de produção, principalmente aos pequenos e médios produtores.

Para além disso, às associações agrícolas que têm, ao longo dos anos assumido cada vez mais responsabilidades que incumbiam ao Estado, sem uma compensação adequada, estão agora colocados problemas ao seu funcionamento, pois estão impedidos de realizar muitos dos projetos financiados.

A alimentação é um bem essencial para todos. Tem de estar entre as prioridades da acção governativa. Exige medidas imediatas de acompanhamento, de iniciativa política, de intervenção para assegurar a continuidade no abastecimento às populações.

A incapacidade de escoamento da produção alimentar provocará, no imediato o desperdício de alimentos que neste momento estão em condições de ser consumidos, custos acrescidos na alimentação de animais e no armazenamento, e a incapacidade de prosseguir a produção, seja por dificuldades de tesouraria, seja por dificuldades de armazenamento, seja ainda por falta de confiança dos produtores, com reflexos na capacidade de abastecimento futuro.

Neste quadro foi com muita estranheza que o PCP tomou conhecimento de que a alimentação não foi incluída no Gabinete de Crise, associado ao acompanhamento do Estado de Emergência, nem por via do Ministério da Agricultura, nem do Ministério do Mar. Estranheza a que se soma a

preocupação de ver um documento oficial do Ministério da Agricultura publicado em https://www.gpp.pt/images/Destaques/Plano_medidas_excionais_MA_verso_1_31_03_2020.pdf, que considera, quando todas as organizações do sector referem imensas dificuldades, que “os mercados agrícolas estão, até ao momento, a funcionar de modo regular, em termos de quantidade e preço, embora com algumas exceções”.

Neste momento, para lá de campanhas de promoção da produção nacional, o Governo devia estar já a anunciar a concretização de medidas de apoio aos agricultores e particularmente à pequena e média agricultura e à agricultura familiar. Deveria, nomeadamente, estar já a considerar a retirada de produção, envolvendo as estruturas existentes, para garantir liquidez no sector para as sementeiras da Primavera.

Neste quadro, para **conhecer a estratégia do Governo relativamente à produção agrícola e agropecuária, e ao abastecimento alimentar perante a situação epidémica de Covid 19**, o PCP, ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, vem requerer a **audição da Senhora Ministra da Agricultura**, com carácter de urgência na Comissão de Agricultura e Mar, à semelhança e nos mesmos moldes do que está a suceder com outras Comissões.

O Deputado
João Dias